

# ASCENSÃO DA DOMINAÇÃO MASCULINA NA CONTEMPORANEIDADE

GABRIELLE APARECIDA MARTINS DO NASCIMENTO\*

MELISSA MENDES CAPUTO VICENTE\*\*

## RESUMO

A trajetória histórica da ascensão feminina vai de encontro à psicologia social, no que diz respeito às tradições e mentalidade coletiva de certos grupos humanos, suas conjunturas, suas relações de dominação, através de que (ou quem) ocorrem suas transformações. Ao compreender a noção de continuidade e rupturas de ideologias, o trabalho apresenta a complexidade dos movimentos conservadores na contemporaneidade e como o machismo se encaixa enquanto sistema ideológico. Neste sentido, compreender as representações simbólicas na política, as relações de exploração mascaradas pela instituição governamental e a sujeição feminina maquiada pelos costumes da população civil. O recorte temporal foi escolhido com base nos últimos acontecimentos políticos desta década, cujas expressões do chauvinismo enquanto ideologia de classe comportam valores patriarcais enraizados ao mesmo tempo em que prega um discurso neoliberal econômico. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar o patriarcado no projeto conservador da classe dominante brasileira do século XXI.

## PALAVRAS-CHAVE

História Sociológica; Feminismo; Neoliberalismo; Patriarcado; Relações dominantes.

\* Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Santos. E-mail disponível para contato: martinsgabre23@gmail.com

\*\* Doutoranda em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Possui Mestrado em Educação (2008) e Licenciatura Plena em História (2001) pela Universidade Católica de Santos. Professora nos cursos de História, Relações Internacionais e Pedagogia da Universidade Católica de Santos. Professora de Ensino Fundamental II e Médio na Escola Americana de Santos. Realiza projetos de pesquisa nas áreas de Gênero, História da Educação e História das Mulheres. Experiência em atividades de Simulação das Nações Unidas.

## INTRODUÇÃO

A década atual do século XXI constitui uma incoerência política e um conflito social caracterizado pela bipolaridade ideológica. Há aqueles em que se unem em torno de um liberalismo econômico e sistema político-social tradicional, os conservadores, e aqueles

que se inclinam a uma social-democracia com foco em reivindicações de políticas populares e ganho de direitos das minorias, os progressistas.

Com base na história brasileira, os conservadores, ainda que civis, têm uma posição militar, apoiando a participação das Forças Armadas no Congresso nacional, defendem um controle religioso ortodoxo nos costumes da sociedade (a religião que mais cresce hoje no Brasil é a protestante<sup>1</sup>), mantém uma posição capitalista baseada no latifúndio e no neoliberalismo, a favor da menor intervenção estatal, menos burocracias trabalhistas para grandes empresas, maior investimento externo no país e um estilo de vida fundado no consumismo exacerbado.

Isto se dá através da história política do país que, desde 1889, seguiu um rumo militar no poder executivo<sup>2</sup> e sofreu duas ditaduras que, juntas, contabilizam mais de 30 anos<sup>3</sup>. Assim, o autoritarismo é habitual no país que, de certa forma, entrou no cotidiano da vida privada e ganhou adeptos nas famílias brasileiras.

Particularmente na América Latina, que viveu um processo recentíssimo de democratização materializado na passagem de sistemas políticos autoritários para aqueles democraticamente eleitos, o conservadorismo aparece através da noção de uma “nova guinada à direita”. (AZEVEDO, 2005 *apud* FERREIRA, 2016, p.167)

Logo, ainda que este específico poder político represente uma minoria, essa parcela retrógrada da população mantém a elite brasileira e o sistema de dominação que há anos comanda as relações de produção e de poder no Brasil. A bancada ruralista, a Igreja e o Exército são os protagonistas da História Social, Política e Econômica brasileira desde a Proclamação da República – haja visto a carreira militar de parte dos ex-presidentes até a década de 80 e movimentos como o coronelismo e o tenentismo ambos na primeira República. Como cita Guilherme Ferreira:

[...] os países latinos que experimentaram períodos de ditadura - e que tiveram depois dos governos “mais à esquerda” - não viveram a transição efetiva desses períodos de exceção e mesmo com a ascensão de partidos vinculados à tradição de esquerda, não houve uma reformulação das instituições e do modo como se relacionam as figuras políticas com o povo: a polícia manteve a matança aos pobres como padrão, o autoritarismo de quem detêm cargos políticos triunfou sobre o povo, a “nova classe média” integrada pelo consumo se identifica com os que estão acima dela e a última década demonstrou um supercrescimento da população carcerária, especialmente no Brasil. (2016, p.167-168).

Logo, para entender como esse poder burguês, cristão e militar se perpetua no alto escalão político, é necessário analisá-lo como um conjunto de valores e práticas resultantes de ideologias dominantes da estrutura capitalista, advindas dos proprietários dos meios de produção. Essa ideologia comporta um arsenal de contradições frente às novas emancipações de massa no mundo contemporâneo, uma vez que o discurso reacionário demanda articulações e manipulações que se contrapõem ou se adaptam às ideias de conservação da ordem estabelecida.

Partindo dos conceitos marxistas de infraestrutura e superestrutura, o modo de produção da vida material, a infraestrutura, condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral, a superestrutura. Isso significa que diferentes conjuntos de relações econômicas determinarão a existência de diferentes formas de Estado e consciência social que, por sua vez, serão adequadas para o funcionamento daquelas relações econômicas. Logo, quando o desenvolvimento das forças produtivas traz mudanças nas relações de produção,

consequentemente todas as outras dimensões humanas serão transformadas (a política, o direito, a ciência, a filosofia, a educação, os valores, a arte, a religião, as relações sociais, a vida pessoal e familiar).

Dito isto, a superestrutura não é autônoma, mas tem seu fundamento nas forças produtivas e relações de produção, portanto, não seria diferente com o pensamento político-ideológico, uma vez que desde a emergência burguesa o Liberalismo é visto em constante difusão.

De acordo com Leidiane de Oliveira (2018), doutora e professora de Serviço Social, na atualidade, a influência do conservadorismo tende a acentuar elementos de uma herança histórica que, através da religião, da política e da moral, não foi superada e continua se materializando no processo histórico de desenvolvimento das lutas de classe.

Assim, é possível perceber que a classe dominante consegue espriar seus interesses rapidamente, alegando salvar a moral e a família, com forte apelo patriótico e religioso. E também se posicionam contra movimentos sociais de igualdade, como o próprio feminismo, utilizando o argumento de que essas reivindicações ameaçam a ordem natural e implicam, necessariamente, em preconceitos inversos como “racismo contra brancos”.

[...] o debate sobre a família (e consequentemente sobre as questões de gênero e sexualidade) figura como principal objeto de investimento e injunção do pensamento conservador contemporâneo, de modo que vemos apelos morais ao bem comum através de abstrações contidas, por exemplo, no projeto do Estatuto da Família; na proibição do aborto legal e do Estatuto do Nascituro; e até mesmo em projetos que institui o orgulho ao heterossexual e criminaliza a “heterofobia”. (FERREIRA, 2016, p.168)

Neste sentido, sob uma pretensa ausência ideológica, o conservadorismo -que no Brasil se alia aos partidos de direita e extrema-direita- se diz preservador dos bons costumes e da ordem. Esse embate reacionário é uma resposta da elite burguesa às reivindicações progressistas, como se ameaçassem a ordem natural da humanidade. No fim, a burguesia latina aliada ao neoliberalismo, implica um desaparelhamento do Estado para garantir maiores vantagens ao mesmo tempo que possui uma tendência ditatorial e de controle social forte por parte do governo para manter a lei e evitar protestos, é o que Foucault chama de docilização dos corpos (FOUCAULT, 2010).

Pensar na manutenção dos valores tradicionais como um processo ideológico com base material nos remete novamente à Marx e Engels quando, ao articularem o pensamento e a ação política dos sujeitos, tomam os modos de produção como determinantes da consciência humana: Se o indivíduo é dono dos meios de produção ou não, se ele produz, o que produz e como produz é o que o caracteriza. “O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.” (MARX; ENGELS, 2007, p.87 *apud* OLIVEIRA, 2018, p.852).

Desta forma, para que o capital atinja seus objetivos, utiliza como fantoche o próprio conservadorismo, que se torna projeto ideológico de sustentação capitalista e através do tempo e do espaço participa da configuração da sociedade burguesa.

## O caso político feminino no Brasil

Se na década de 60 e 70 as mulheres começaram a se engajar mais na política e reivindicar seus direitos através do movimento feminista (que se uniu a onda revolucionária dos hippies, dos *black panthers* e outros movimentos sociais que surgiam no mundo ocidental), o

objetivo era reconstruir no espaço público a sua condição de mulher e de afirmar suas capacidades e seus potenciais que iam além do seu papel feminino do espaço doméstico.

Dito isto, a Constituição de 1988 é um marco na cidadania feminina, ao reconhecer a igualdade entre os sexos como direito fundamental. A partir de então, as mulheres começaram a se sentir cidadãs, parte de um coletivo nacional, com direitos e deveres, com acesso livre à educação, à participação da vida política e ao emprego<sup>4</sup>, como previsto no Art.5° da Constituição Brasileira:

Art.5° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. (BRASIL,1988)

As condições femininas, expressas em estatísticas sérias, mostram resultados da luta pela igualdade de gênero no Brasil, com leis e projetos sociais que salvaguardam a inviolabilidade dos direitos femininos. Essas políticas de afirmação são necessárias porque oferecem recursos para um público comunicativo democrático que objetiva a justiça e, no que confere às mulheres, um histórico antigo de submissão e controle de terceiros.

De acordo com dados divulgados pela Censo de Educação Básica do INEP (BRASIL,2010), as mulheres são maioria na educação superior em todas as regiões do Brasil e mais de 60% dos concluintes na educação básica superior são do sexo feminino. Essa conquista levaria as mulheres a ocuparem cargos profissionais mais altos, principalmente na política executiva e na administração pública do país. Contudo, essa já é uma meta um pouco mais distante.

Essa representatividade ainda é escassa e difícil de conquistar uma vez que há uma barreira tradicional e machista na sociedade brasileira, não só por parte dos agentes políticos como também dos eleitores. Existe um hábito histórico de negação à figura feminina dentro do ambiente parlamentar, que a enxerga como invasora e ameaça da ordem hierárquica.

Esse é o contexto dos anos 2000, no qual a classe dominante (política, econômica e ideológica) impede que as políticas públicas voltadas às classes dominadas interfiram nos interesses elitistas a ponto de os suprimir. Nesse ínterim, por meio do amedrontamento através da mídia, o movimento reacionário se apresenta como o único viável para garantir os princípios e os valores tradicionais, o que é incorporado por uma parcela significativa da população.

Essa passividade popular se dá pela práxis repetitiva, utilizando do hábito para afirmar “naturalidade”. Portanto, tendo a família, a religião e as instituições como organizações da realidade, já que carregam os costumes mais antigos, todas as conquistas modernas são repelidas.

A Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003; e as leis de n° 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), na primeira década, e n° 11.104/2015 (Lei do Feminicídio), na segunda década. Tais medidas se defrontam com o conjunto de políticas que, inserida no cenário de cortes de recursos e sob o avanço do ideário neoliberal, não se efetivam, tampouco cumprem minimamente o status de igualdade formal que lhes é inerente. (OLIVEIRA, 2018, p.859)

Com isso, para controlar o acesso e a dinâmica, os agentes históricos -a oligarquia e o poder masculino institucional- forjam maneiras de refinar os alcances e os destaques femininos. Isso significa que, ainda que as mulheres tenham ultrapassado complexidades partidárias e

tornado-se candidatas, precisam assumir um personagem assexuado dentro do Distrito Federal, pois aquelas que enfatizam sua condição minoritária, as feministas, têm seus discursos desclassificados, como elucida Céli Regina Pinto:

As mulheres feministas podem falar algumas coisas e não outras. As mulheres não-feministas terão outros poderes, porque não-feministas. Quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista. A recepção destas falas por homens e mulheres tende a ter a mesma característica, é a recepção de uma fala marcada, portanto particular, em oposição a fala masculina/universal. Se for a fala de uma mulher feminista, é o particular do particular. (2010, p. 20).

É o caso da ex-presidenta Dilma Rousseff, que durante seu processo de impeachment foi clareado o quanto o machismo está enraizado na nossa cultura. Sem levar ao mérito questões partidárias, as alegações contra ela, advindas da classe média brasileira, tinham cunho preconceituoso e nutriam humilhações de baixo calão desde a capacidade profissional até a pura manifestação de ódio e desrespeito à condição feminina da ex-presidenta. Era possível presenciar comentários sexistas dentro da Câmara dos Deputados durante a votação e uma das situações que se destacaram foi a declaração pró-impeachment do, até então, deputado Jair Bolsonaro ao exaltar a figura do coronel Brilhante Ustra<sup>5</sup>, o qual torturou e abusou de inúmeras mulheres durante a ditadura militar no Brasil, inclusive a própria Dilma.

Essa expressão violenta da classe média é reflexo de um patrimonialismo<sup>6</sup> não superado. Os estudos de gênero contemporâneos entendem que o patriarcado foi reconfigurado pelo neoliberalismo, de forma que ele mantenha a elite política e a elite econômica unidas. Isso porque, a revolução liberal parou no meio do caminho e não interferiu nas relações de poder domésticas, uma vez que essas constituem o ambiente privado e, portanto, evitado pela política liberal.

No estilo governamental brasileiro (dominado por oligarquias), predomina a apropriação do espaço público pelo privado, o que resulta num tipo particular de administração pública, incapaz de resolver as desigualdades sociais (AGUIAR, 1997, p. 167). É por isso que as questões levantadas pelas lutas feministas sobre a conquista de direitos civis, igualdade de gênero e respeito são tratadas com desdém, principalmente quando as participantes do movimento reivindicam atuação mais efetiva do Estado na esfera doméstica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, nas eleições brasileiras de 2003 foi a esquerda quem ganhou. Todavia, não governou alinhada aos seus ideais, mas sim a favor da hierarquia que se mantém: não representou as minorias e gerou uma crise de representatividade. No campo de gênero e sexualidade isso foi representado por uma maior violência, congelamento de pautas feministas e perdas significativas na discussão desses temas na escola e nas famílias.

Tomando como base os anos 2000, o quadro é de que políticas de afirmação foram tomadas para tornar possível uma conciliação entre classes através de mecanismos institucionais e legais. Entretanto, no campo político há uma contradição de efetividade jurídica no qual as leis, por burocracia, se tornam ineficazes em grande parte dos casos de violência contra a mulher, as penalidades são relativizadas e não existe amparo certo às mulheres nas situações de desigualdade e risco.

Nessa perspectiva, as lutas das mulheres por direitos no campo liberal têm sido pautadas pelo poder legislativo e nas políticas de participação, evidenciando os limites das emancipações femininas pelo sistema capitalista, de forma que as leis se tornam fragmentos ineficazes de uma pseudo-soberania.

Portanto, ainda existem muitos outros desafios a serem superados, questões referentes à inserção das mulheres no mercado de trabalho, divisões de tarefas, regulamentações constitucionais de pleno funcionamento, apropriação e mercantilização do corpo etc.

A vista disso, a luta feminista atual entende que há muitas outras pautas a serem intimadas pelas instituições, transpassa a criação de métodos legais de proteção e salvaguarda. A busca por uma igualdade salarial, pela igualdade de direitos, pelo respeito e a não-violação do corpo feminino, o racismo, o sexismo, o classicismo, contra o padrão estético imposto pela mídia. Sem essa relação mútua entre todos os movimentos de classes minoritárias é impossível chegar à raiz do problema, entendendo que o patriarcado está relacionado ao capitalismo exacerbado moderno.

Num sentido de equidade racial, monetária e de gênero, considerando que os homens brancos, heterossexuais, cis-gênero e burgueses representam as classes dominantes e mantém privilégios, cabe uma articulação entre luta feminista e luta de classes como único meio pelo qual se pode alcançar a igualdade substantiva.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) acesso em: 11 nov.2020.

BRASIL. IBGE. Censo de Educação Básica do INEP. 2010. Disponível em: [www.censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia#:~:text=Consequentemente%2C%20o%20n%C3%ADvel%20educacional%20das,9%2C9%25%20dos%20homens](http://www.censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia#:~:text=Consequentemente%2C%20o%20n%C3%ADvel%20educacional%20das,9%2C9%25%20dos%20homens). Acesso em: 01 fev.2021

CASTRO, A. M. A.; ALBERTON, M.e; EGGERT, E. Nisia Floresta a mulher que ousou desafiar sua época: Feminismo e Educação. In: VIII Congresso Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Gênero. [S.I.: s.n], 2010. Disponível em: [www.silo.tips/download/nisia-floresta-a-mulher-que-ousou-desafiar-sua-epoca-feminismo-e-educao](http://www.silo.tips/download/nisia-floresta-a-mulher-que-ousou-desafiar-sua-epoca-feminismo-e-educao). Acesso em: 18 jan. 2021

FERREIRA, G. G. Conservadorismo, fortalecimento da extrema direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.20 n.36, p.166-178, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31855>. Acesso em: 02 set .2020.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2010.

KOIFMAN, F. *Presidentes do Brasil*. Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá. São Paulo: Cultura, 2002.

MCCANN, F. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo:Cia das Letras, 2007.

MORAES, C. Brillhante Ustra, ícone da repressão da ditadura brasileira. El País, São Paulo, 15/10/2015 Disponível em: [www.brasil.elpais.com/brasil/2015/10/15/politica/1444927700\\_138001.html](http://www.brasil.elpais.com/brasil/2015/10/15/politica/1444927700_138001.html). Acesso em: 04 fev. 2021.

OLIVEIRA, L. S. de. Patriarcado, conservadorismo contemporâneo e os desafios para as mulheres no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, Maranhão, v.22, n.2, p.845-860, out. 2018. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10567>. Acesso em: 13 set. 2020.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, jun. 2010.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, B. M. *O que é feminismo?* 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BORDIEU, P. *A Dominação Masculina*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COSTA, A. A. A. *O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política*. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Evelize/Downloads/31137-106408-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 de abr de 2020.

DRUMOND, M.P. Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas*, São Paulo, n.3, p.81-85, 1980.

LANE, S. T. M. *O que é psicologia social?* 22.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SARTI, C. A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2020.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p.1001-1022, setembro a dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v23n3/0104-026X-ref-23-03-01001.pdf>. Acesso em: 01 ago.2020.

### ABSTRACT

The historical trajectory of the female ascension joins Social Psychology, with regard to the traditions and collective mentality of certain human groups, their conjunctures, their relations of domination, through which (or who) their transformations occur. By understanding the notion of continuity and ruptures of ideologies, the scientific work presents the complexity of conservative movements in contemporary times and how chauvinism fits qua an ideological system. In this sense, to understand the symbolic representations in politics, the exploitation relations masked by the governmental institution and the female subjection made up by the customs of the civilian population. The timeline was chosen based on the latest political events of this decade, whose expressions of patriarchy as a class ideology hold rooted reactionary values while preaching a neoliberal economic discourse. Thus, the objective of this research is to analyze patriarchy in the conservative project of the 21st century Brazilian ruling class.

### KEYWORDS

Sociological History; Feminism; Neoliberalism; Patriarchy; dominant relationships.

### NOTAS

<sup>1</sup> Os dados divulgados pelo Censo de 2010, do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que o número de adeptos ao protestantismo no Brasil cresceu cerca de 10% entre 2000 e 2010, em detrimento do catolicismo que, em 20 anos, perdeu 22% dos seus fiéis. (IBGE,2010)

- <sup>2</sup> A Primeira República ou República Velha foi o período que sucedeu a monarquia no Brasil, de 1889 até 1930. Esta se deu através do Golpe Republicano que deu fim ao Império, apoiado por uma grande parcela do exército brasileiro insatisfeito com a administração pública e com a relação com Dom Pedro II. O governo trazia consigo inúmeros desentendimentos entre civis e militares, situação que perdurou até mesmo com a política do Café com Leite, na qual o mandonismo, o clientelismo e o coronelismo se apresentavam como arranjo político para controle social e econômico das regiões. Com isso, o número de protestos e revoltas dessa época cresceram significativamente, uma vez que a população não se contentava com as políticas sociais. (KOIFMAN, 2002).
- <sup>3</sup> A história da República brasileira conta com dois momentos ditatoriais: O Estado Novo (1937-1945), comandado por Getúlio Vargas, e o Regime Militar (1964-1985) sustentado por altas patentes do exército. Nesses dois períodos, os ditadores tiveram amplo poder sobre o Estado, suprimiram liberdades, reprimiram violentamente os opositores e dissolveram o poder Legislativo e Judiciário. (MCCANN, 2007).
- <sup>4</sup> Antes da Constituição de 1988 tornar obrigatória a educação universal (com direito a todas as crianças), não só esta como a participação da vida política e o emprego eram destinados aos homens e as mulheres dependiam da autorização familiar (marido, pai ou irmão) para poderem se profissionalizar e, ainda assim, não eram bem vistas pela sociedade, o que tornava raro a participação feminina no que diz respeito a decisões. Portanto, o que restava ao sexo feminino eram profissões que correspondiam ao seu papel maternal ou auxiliar, uma educação básica (ler e escrever) e o voto eleitoral sem muito reconhecimento. (CASTRO; ALBERTON; EGGERT, 2010)
- <sup>5</sup> Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército (de 1970 a 1974), um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e torturador condenado. Também era conhecido pelo codinome "Dr. Tibiriçá". Em 2008, o coronel Ustra tornou-se o primeiro oficial condenado em ação declaratória por sequestro e tortura, mais de trinta anos depois de fatos ocorridos durante a ditadura militar. (MORAES, 2015).
- <sup>6</sup> (...) o patrimonialismo - sistema alternativo ao feudalismo como tipo de organização econômica e política - marca a natureza do Estado Nacional pela associação que mantém com o sistema de relações familiares, resultando na dominação masculina, no que se refere à ordem política (AGUIAR, 1997, p.179).